

Relatório da Audiência n.º [20-COFMA-XIII](#)

Dia: 14 de novembro de 2016

ENTIDADE: AEEP - Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo

ASSUNTO: *Orçamento do Estado para 2017*

Recebido pelos Senhores Deputados:

- Paulo Trigo Pereira (PS), Vice-Presidente da Comissão;
- Margarida Balseiro Lopes (PSD);
- Inês Domingos (PSD);
- Porfírio Silva (PS);
- Joana Mortágua (BE);
- Paulino Ascensão (BE);
- Ana Rita Bessa (CDS-PP);
- Ana Mesquita (PCP).

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente deu as boas vindas aos representantes da AEEP, dando nota do modo de condução dos trabalhos e do conhecimento que, posteriormente, seria dado a todos os membros da Comissão quanto ao teor da audiência.

A delegação da AEEP agradeceu o agendamento da audiência, sintetizou o conteúdo da exposição remetida à COFMA (e constante da página desta audiência), com especial ênfase na defesa da gratuidade de manuais escolares no ensino privado e na proposta de aumento de deduções à coleta, em sede de IRS, no que toca a despesas escolares.

Em sede de debate, a Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) sustentou que não faz sentido excluir os alunos do ensino particular e cooperativo da medida de gratuitidade dos manuais escolares. No que toca à questão das deduções de despesa sem sede de IRS, notou que, sendo uma proposta compreensível, há que resolver primeiro o problema da condicionalidade das despesas à taxa de IVA aplicável.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) afirmou não haver discriminação entre alunos da rede pública de ensino, no que toca aos manuais escolares. Considerou ainda ser necessário terminar com um contexto prejudicial para os alunos da rede pública em sede de deduções à coleta.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que há despesas associadas à educação que os alunos da rede pública não conseguem apresentar em sede de IRS, ao contrário do que acontece no sector privado, lembrando também que o ensino público universal e obrigatório é uma obrigação do Estado, não havendo paralelo com o ensino privado. A gratuitidade dos manuais escolares será uma extensão deste princípio. Recordou que para situações de carência existe a Ação Social Escolar.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) declarou que, relativamente à dedução de despesas de educação em sede de IRS deverá haver um acréscimo destas deduções, sem cair num extremo. No que toca aos manuais escolares, entende a Senhora Deputada que não é uma questão de assistencialismo (a extensão a sector privado) e que irá colocar questões ao Ministério da Educação nesse sentido.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) sublinhou que o PCP tem perspetivas diferentes da AEEP relativamente a estas questões. Encarou os manuais escolares como um avanço no sentido de cumprir o direito constitucional à gratuitidade do ensino.

A AEEP reiterou os argumentos anteriormente aduzidos, realçando ainda que não pretende colocar em causa a escola pública, solicitando apenas que se mantenha um determinado equilíbrio.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pela AEEP e deu por encerrada a audiência.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a gravação, pode ser consultada na [página internet da Comissão](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 14 de novembro de 2016

O Vice-Presidente da Comissão

Paulo Trigo Pereira